

# Diário do Legislativo de 11/03/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ORDENS DO DIA

#### 1.1 - Plenário

#### 1.2 - Mesa da Assembléia

#### 1.3 - Comissões

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 2.1 - Comissões

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATAS

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária, em

11/3/2003

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 11/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 11/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 11/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1 a 17/2003, 64 a 82/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 32/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 11/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 30/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 43/2003, do Deputado Bonifácio Mourão; 52 a 57 e 86/2003, do Deputado Djalma Diniz; 90/2003, do Deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 31/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 44/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 46 a 51/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 59 e 60, 88 e 89/2003, do Deputado Doutor Viana; 91/2003, do Deputado Paulo Cesar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 18/2003, do Deputado Agostinho Patrús; 33/2003, dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Adalclever Lopes; 58/2003, do Deputado Doutor Viana; e 84/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.341 e sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 15.466 e 15.498

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Ana Maria, Fábio Avelar e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designarem os relatores.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais à Proposição de Lei nº 15.452 e à Proposição de Lei Complementar nº 72 e sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.521

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Neider Moreira, Rogério Correia, Chico Rafael e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres do relator.

Sala das Comissões, 10 de março de 2003.

José Milton, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 15.469 e 15.472

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Luiz Humberto Carneiro, Marília Campos e Paulo Piau, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 10 de março de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados, Chico Rafael, Doutor Viana, Leonídio Bouças e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 10 de março de 2003.

Mauro Lobo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.471 e 15.476

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Dinis Pinheiro, Durval Ângelo e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 10 de março de 2003.

Olinto Godinho, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 71

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Henrique, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 10h45min, no Plenarinho II, com a finalidade de apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 10 de março de 2003.

Jô Moraes, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/2/2003

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, funcionários desta Casa, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, volto à tribuna devido ao falecimento do Dr. Marcelo Viana, em Sete Lagoas, deixando-nos muito tristes. Trata-se de homem que dedicou sua vida à promoção humana; que construiu um patrimônio cultural e educacional para o povo daquela terra e de tantas outras cidades; que beneficiou pessoas que ali chegaram para estudar nas faculdades da Fundação Monsenhor Messias, criada e presidida havia tantos anos por ele. Tínhamos boa convivência. Era uma pessoa de coração, que, por várias vezes, ajudou os alunos carentes a suportar as dificuldades, principalmente as financeiras, facilitando a conclusão de seus cursos.

O Deputado Roberto Ramos (em aparte) - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhores da imprensa, caros funcionários, Deputado Doutor Viana, gostaria de usar o microfone desta colenda Casa em outra oportunidade, mas, ao ver a tristeza de V. Exa., falando sobre o Dr. Marcelo Viana, não pude conter minha emoção e, desde já, agradeço a V. Exa. ter-me cedido o aparte.

Quando V. Exa. falou sobre pessoas carentes, voltei ao passado, 1983 e 1984, quando ainda trabalhava em Belo Horizonte, como simples artesão, e tive o prazer de ingressar naquela faculdade. Sem condição de pagar as mensalidades e sem um pai para ajudar-me, procurei o apoio desse grande homem, o Dr. Marcelo Viana, meu Diretor e professor, que brincava sempre comigo e nunca deixou de atender-me.

Como novato na Casa, e trazendo comigo ainda aquela tensão nervosa, quero deixar aqui, com emoção, o meu pesar pelo falecimento desse grande homem. Não só perdeu Sete Lagoas, como também perdeu Belo Horizonte, Minas Gerais, o Brasil e todos nós.

O Dr. Marcelo Viana já não me está escutando nesse nível, mas, no outro, pode ouvir-me, e quero dirigir-lhe meu muito-obrigado pela força que me deu para conseguir meu diploma de advogado, com o qual militei até há poucos dias.

Um abraço a sua família. Sete Lagoas está de luto, e também o meu coração. Espero, um dia, encontrá-lo lá em cima, para fazer-lhe pessoalmente o meu agradecimento: Dr. Marcelo, muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o brilhante aparte do Deputado Roberto Ramos. Não sabia desse fato, mas agora passo a conhecê-lo

melhor, considerando esse novo aspecto. Ele é um entre os milhares de beneficiados por esse homem extraordinário, único, que tinha visão de educador, de promotor social. Foi um homem que fez a história e participou da vida política de Sete Lagoas, foi seu Prefeito em épocas difíceis. Tinha em seu sangue a característica de educador.

Com muita tristeza, subo hoje a esta tribuna, para falar dessa personalidade ilustre, querida e respeitada por toda a comunidade sete-lagoana, a qual, sem medir esforços e não se cansar um só minuto em seus 75 anos de vida, contribuiu para o desenvolvimento da cidade, principalmente para a formação do caráter intelectual de jovens desse município e de tantos outros.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Deputado Doutor Viana, hoje, pela manhã, no Guará, programa sertanejo de muita audiência em Sete Lagoas, ouvi a infeliz notícia do falecimento do Dr. Marcelo Viana.

Agora, vendo V. Exa. dirigir essas palavras emocionadas àquele que infelizmente se foi, quero dizer que também fui aluno daquela faculdade, onde me formei em 1987. Conheço Marcelo Viana desde que nasci, e cheguei a morar perto de sua casa. Era um homem ímpar em todos os sentidos. Difícilmente víamos no seu rosto alguma mágoa. Sempre tinha uma brincadeira para fazer conosco. Foi excelente educador e homem dotado de oratória fantástica. Não havia momento em que apresentasse dificuldades para discursar.

Enalteço a sua memória, pois, como foi dito pelo Deputado que me antecedeu, sua vida modificou a história do nosso Brasil e sua partida diminuiu muito o incentivo à educação. Obrigado pelo aparte.

Agradeço a sua participação. O Professor Marcelo era muito amado pelos alunos, funcionários e professores da Fundação Educacional Monsenhor Messias Faculdades, de Sete Lagoas, pois foi o seu grande idealizador, por volta de 1970.

Foi Vereador e Prefeito de Sete Lagoas na década de 50, advogado formado pela UFMG, professor na Escola de Direito Centro-Oeste de Divinópolis, Tesoureiro do Instituto dos Industriários e um político letrado que tudo fez em nome de um ideal: ensinar, construir e ensinar.

Marcelo Vianna, ao assumir a direção dessa Fundação, disse tê-la recebido com a missão de transformá-la na Universidade de Sete Lagoas.

Em Sete Lagoas, na década de 60, iniciou-se a construção de todos os prédios da Fundação Educacional Monsenhor Messias Faculdades, mantenedora da Faculdade de Filosofia, de 1967, com cinco cursos, e da de Direito e Ciências Gerenciais, com três cursos. Na época, o Professor Marcelo Vianna foi o responsável pela construção dos prédios do "campus" universitário.

Era muito dinâmico, ótimo administrador, professor de Direito Constitucional durante muitos anos, Diretor da Faculdade de Direito e Diretor-Geral de Ensino da Fundação. Destacou-se e assumiu uma fundação pequena, com cerca de 4.000 alunos, e também a Escola de Aplicação da FAFI, há mais de 15 anos, que tem por volta de 1.000 alunos, desde o maternal até a 4ª série do ensino fundamental, também mantida pela Fundação, onde o estudo é gratuito e ainda é oferecida a merenda escolar. Proporcionou, então, ensino e alimentação de qualidade.

Também promoveu a construção da nova biblioteca da Fundação, com um acervo de 60.000 volumes, estando disponíveis também 10 computadores conectados à internet para pesquisa escolar, em prédio novo construído com a mais avançada tecnologia. Lembro-me de que, há dois anos e meio, estivemos aqui lutando pela manutenção da Universidade de Sete Lagoas, que estava sendo ameaçada de fechamento pelos órgãos federais da educação porque não tinha uma biblioteca adequada. O Dr. Marcelo apressou-se e a construiu em tempo hábil. A Fundação ainda foi equipada com dois laboratórios de informática, com 25 computadores cada.

Estive, pela manhã, na Universidade de Sete Lagoas para assistir ao funeral e pude ver o quanto era estimado o Dr. Marcelo Vianna.

Foi um homem de grande valor e merecedor de todas as honrarias. Por isso vim a esta tribuna render-lhe, em nome do Parlamento, do povo mineiro e dos seus amigos, essa homenagem. Trata-se de pessoa admirável que, muitas vezes, atendeu não a mim pessoalmente, mas a estudantes carentes e pais de família que precisavam de facilidade financeira. A nossa saudade e o nosso carinho ao grande amigo que partiu, Dr. Marcelo Vianna. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões\* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, Plenário, pessoas que nos assistem pela TV Assembléia, começamos o primeiro mandato reafirmando nosso compromisso essencial e primordial, qual seja, o de fortalecer esta Casa, este Poder. Mais do que nunca esse tem de ser um compromisso de todos nós, porque o Poder Legislativo é fundamental para a manutenção da democracia representativa. Essa é minha primeira afirmativa, independente da ideologia e da bandeira partidária, para que este Poder não se fragilize, não se torne refém de determinadas acusações. Apesar de algumas serem procedentes, outras não as merecemos na plenitude.

Agradeço, de maneira especial, os votos recebidos na comunidade do Vale do Aço - sou de Coronel Fabriciano, onde fica meu domicílio eleitoral, onde fui Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Agradeço ainda aos eleitores de outras regiões. Colocaremos nosso mandato, da maneira mais intensa possível, próximo da comunidade, para expressarmos aqui o que pensamos e defendermos aquilo que o eleitor espera.

Para Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, já temos algumas bandeiras defendidas pelo companheiro Deputado Ivo José, autor da Emenda nº 51, que criou a região metropolitana. Agora, queremos contar com a compreensão de nossos pares para fazermos alterações nas leis do Estado, a fim de que a região metropolitana não seja mera fachada ou apenas uma grife. A região metropolitana tem de funcionar em sua plenitude para que aconteça, na prática, o que a sociedade espera: um desenvolvimento harmônico entre as cidades que a compõem. Sabemos que no Brasil nenhuma região metropolitana cumpre seu papel, porém, no Vale do Aço, com a sua região metropolitana, temos de lutar para tornar a vida mais harmônica e menos dispendiosa para os moradores.

Temos de continuar com o debate para levar a todo o Leste a duplicação da BR que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, como fator de segurança e, essencialmente, como fator de desenvolvimento. Está na hora de nosso Estado que, até então, fez muitos investimentos principalmente no Sul, no Triângulo, olhar para o nosso lado, que está um pouco cambeta. Precisamos reaver o equilíbrio e, para isso, contamos com o apoio de todos os Deputados, pois, tenho certeza, todos querem uma Minas melhor, mais igualitária.

Aproveito para dizer àqueles que estão nos assistindo que, no Vale do Aço, em Coronel Fabriciano, temos um escritório que cumprirá o mesmo papel do escritório da Capital. Não será necessário enfrentar os perigos da BR-262 para resolver problemas.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Fico feliz por V. Exa. vir a esta tribuna saudar os nobres colegas e a minha pessoa, como Deputado, pela primeira vez.

O que me trouxe aqui foi a felicidade que senti quando citou a cidade de Coronel Fabriciano, da qual foi Prefeito, por quatro anos, além de Vice-Prefeito e Vereador. Nessa cidade, pude crescer, estudando no Colégio Angélica, tendo como Diretora a Irmã Marilac. Cidade na qual toda

minha família reside e pela qual estarei, aqui na Assembléia Legislativa, lutando pelo seu desenvolvimento.

Estando ali, no período das eleições, depois de mais de 15 anos de ausência - pois mudei-me para Belo Horizonte em 1983, para os Estados Unidos em 1991 e retornei apenas em 1999 -, pude reencontrar colegas do Colégio Angélica, amigos que me acolheram. Nessa oportunidade, tomei conhecimento dos problemas que Coronel Fabriciano vem enfrentando. Pude ver, como V. Exa. disse, a criação da Região Metropolitana do Vale do Aço, que tramitou aqui pelo nobre colega Deputado Ivo José.

Muito me entristece, Deputada Jô Moraes, colega Cecília Ferramenta, que sejam interurbanas as ligações telefônicas entre Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga. Um perímetro de menos de 5 quilômetros de uma cidade a outra. Convoco, portanto, toda bancada do Vale do Aço para juntos lutarmos por essa matéria, que muito encarece o custo de vida para os cidadãos do Vale do Aço, que muito encarece o trabalho dos empresários dessa região. Toda a comunidade sofre com essa dificuldade.

Agradeço pelo aparte. Estaremos unidos para trazer o desenvolvimento para Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - V. Exa. vem fazendo sua abordagem com muita propriedade, referindo-se à BR-262, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, passando por Coronel Fabriciano, Ipatinga, João Monlevade e outras cidades.

Apartemos V. Exa. para parabenizá-lo pelo seu trabalho, como Prefeito de Coronel Fabriciano. Fomos Prefeito na mesma época, em cidade vizinha. Parabenizo-o também pela sua desenvoltura nesta Casa e nesta tribuna.

Queremos nos solidarizar com sua posição, com seu empenho pela duplicação da BR-262. Trabalho que já vem de longa data, e V. Exa. sabe disso. Como Prefeito, tivemos várias reuniões e fomos ajudados por Deputados. Já fez parte do orçamento da União e, até agora, essa duplicação não saiu como se deseja. Saindo, teremos a ligação da nossa região ao MERCOSUL, uma vez que a BR-381, na direção do Sul, que liga Belo Horizonte a São Paulo, já está sendo duplicada. Queremos a duplicação da BR-381, na direção do Norte, isto é, a BR-262 até João Monlevade e, por extensão, nossa BR-381, resolvendo assim os problemas principais relativos ao desenvolvimento de nossa região e, ao mesmo tempo, diminuindo o alto índice de acidentes ocorridos nessa rodovia. Ela apresenta um dos maiores índices de acidentes do Estado e até do País, devido ao número elevado de curvas e à pista estreita.

Estaremos juntos, trabalhando com o Governo do Estado. V. Exa., com sua força, com a força do PT junto ao Governo Federal, poderá conseguir que essa obra entre no orçamento da União.

O Deputado Chico Simões\* - Os pedidos até agora enumerados não dependem exclusivamente deste Poder, mas do Poder Executivo. Quero discutir o que este Poder pode fazer para o bem de Minas Gerais. Acredito que, se cada um de nós assumir com responsabilidade suas funções, por meio de debates, pontos e contrapontos, encontraremos uma situação melhor para todos. É importante que haja o contraditório. Não podemos viver em uma sociedade em que se impõe o pensamento único. É difícil viver onde não há o positivo contra o negativo, onde não há forças antagônicas para fazer com que o equilíbrio proporcione solução fraterna e mais segura, sem levar em consideração posicionamento ideológico.

Antigamente havia equilíbrio entre os Estados Unidos e o Leste europeu. Isso fazia com que o mundo pudesse viver com mais tranqüilidade. A queda dessa bipolaridade colocou todo o mundo à mercê do imperialismo americano, que vem, com suas ações, impondo-nos a força e o terrorismo econômico sem dar a mínima chance de defesa.

Percebemos isso quando o atual Presidente dos Estados Unidos, por interesses econômicos, e nada além disso, pretende invadir outro país. Vidas estão sendo banalizadas simplesmente para que haja o controle do petróleo, tornando essa nação cada vez mais poderosa.

Temos de parabenizar a ação do Presidente da República, que, desde o primeiro instante, se coloca contra essa agressão a um povo que nem sequer terá chance de defesa. Temos de somar para evitar essa grande covardia imposta por uma nação que não tem quem lhe faça oposição.

Sou o Líder da Oposição, nomeado e escolhido pela bancada. Quero contribuir para o debate, trazendo outro modo de pensar para que a sociedade possa tirar sua conclusão. Foram oito anos de um governo subserviente, que, a meu ver, em nenhum momento governou levando em consideração os interesses nacionais. Oito anos de um Governo que disse "amém" para esse país que hoje se acha o dono do mundo. Privatizaram tudo o que é nosso. Entregaram o que é nosso para todo o mundo. O discurso é um, e o resultado é sempre o contrário do que se propôs. Na Vale pude testemunhar isso intensamente. Na privatização da ACESITA diziam que era um cabide de empregos. Com a privatização gerou-se desemprego. Aquelas pessoas tinham condição de pagar empregada doméstica, escola particular para os filhos e seguro-saúde. Além de ficarem desempregadas, seus filhos estão nos postos de saúde e nós pagando por isso. O lucro que era distribuído para quem trabalhava está hoje nas mãos de meia dúzia. A consequência é um Brasil sem soberania. O povo está humilhado.

Teremos outra oportunidade para continuar com esse raciocínio. O Governo de Minas Gerais é o retrato do que ocorreu nos últimos oito anos. Está na contramão da história.

Lula está dando exemplo quando chama a sociedade para que vejamos o melhor caminho, de maneira corajosa, discutindo com a sociedade. Aqui percebemos um ato contrário, tímido, medroso, uma lei delegada para evitar o discurso. Também esta Casa abriu mão de seus direitos.

Hoje, Minas Gerais está sendo administrada de forma truculenta, sem chance para o diálogo. Esperamos que, no decorrer desta legislatura, desta caminhada, esta Casa faça valer sua força, para que possamos discutir o melhor para Minas Gerais. Obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Gil Pereira\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicialmente saúdo os novos colegas, especialmente a Deputada de Montes Claros, Ana Maria, que chega para somar esforços com a bancada do Norte. Saúdo, também, todos os Deputados que estão aqui para trabalhar em prol do povo mineiro.

Sr. Presidente, o que me trouxe a esta tribuna foi uma notícia que tivemos ontem em Brasília e hoje está nos jornais mineiros. Trata-se da determinação do Ministério da Integração Nacional, que decidiu fechar o escritório da ADENE em Montes Claros, o qual existe desde 1965, quando foi iniciado o processo de industrialização no Norte de Minas, principalmente em Montes Claros. A partir de 1996, com a inclusão dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri na Área Mineira da SUDENE, hoje temos 160 municípios fazendo parte daquela agência de desenvolvimento.

No dia 10 de janeiro, o Presidente Lula - juntamente com seus Ministros, entre eles Ciro Gomes - esteve em Montes Claros, com o objetivo de

reestruturar a ADENE, antiga SUDENE. Isso nos deixou muito alegres, porque iríamos ganhar novos investimentos, visto que o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri são as três regiões mais carentes do Estado. O Governador Aécio Neves criou a Secretaria Extraordinária do Norte, do Vale e do Mucuri - a cuja frente está a nossa colega Deputada Elbe Brandão -, cujo objetivo é desenvolver e equiparar essas regiões às outras do Estado.

Hoje, apresentamos um requerimento. Tenho a certeza de que toda a bancada do Norte irá subscrevê-lo. Estamos solicitando ao Presidente Lula, ao Vice-Presidente José Alencar - pessoa ligada à nossa região, porque suas empresas em Montes Claros tiveram grande aporte -, aos Senadores, aos 53 Deputados Federais, ao Ministro Ciro Gomes, que conhece a nossa região, pois vem do Nordeste, que não permitam o fechamento daquele escritório, que é uma agência de desenvolvimento.

No momento em que estamos com muita esperança nos Governos Federal e Estadual, acontece esse fato, que pega de surpresa todas as lideranças políticas. Não tenho dúvidas de que isso será motivo de reflexão do Ministro. Já fiz contato com alguns Deputados Federais e todos me confirmaram que acionariam nossa estrutura em Brasília, para que o Presidente Lula e o Ministro Ciro Gomes mudem esse quadro, atendendo ao clamor dos Prefeitos. Encontra-se, agora, em nosso gabinete, o Sr. Tito, Prefeito de Luislândia, assustado com esse fechamento. Espero que a questão seja resolvida e que contemos com o apoio do Presidente, do Vice-Presidente e dos Senadores.

Para nossa alegria, fomos eleitos, hoje, Presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas desta Casa. Conclamamos a todos os parlamentares para que possamos realizar trabalho conjunto, haja vista que o sistema viário estadual está precário, especialmente depois das chuvas. Quem vai daqui para Montes Claros pela BR-135 percebe a gravidade da situação. O DER está tapando os buracos, mas, infelizmente, a questão envolve medidas emergenciais, e queremos que sejam estruturantes.

Convidamos o nosso colega Agostinho Patrús, o Diretor-Geral do DER, Dr. Renato, para virem a esta Casa e mostrar-nos o que tem sido feito para trazer as estradas mineiras à normalidade. O Governador Aécio Neves está em Washington, buscando recursos do Banco Mundial para disponibilizar asfalto para nossas cidades. Com certeza, trará boas notícias.

Temos a grata satisfação de contar com um ex-colega no Ministério dos Transportes, o Deputado Anderson Adauto, que muito nos ajudará na empreitada de reconstruir, assim como construir novas estradas em Minas. Nosso Estado, além de ligar o Norte ao Sul, possui a maior malha viária federal do País e esperamos, pois, o devido tratamento das autoridades federais e estaduais.

Finalizando, manifesto minha alegria por estar cumprindo novo mandato. Agradeço ao povo de Montes Claros, minha terra natal, assim como ao do Norte de Minas e de todo o Estado, que nos deu votação expressiva. Que possamos, juntamente com os colegas, fazer um trabalho digno e à altura do povo mineiro. Esta é uma Casa comprometida com todos os cidadãos e estará de mãos dadas com o Governador Aécio Neves para que as coisas aconteçam mais rápido.

Estamos satisfeitos também com a luta deste parlamento em prol da Usina de Irapé, que estava sendo travada pela FEAM. Todos os 77 Deputados compartilharam dessa vitória, mostrando sua força e ajudando uma região pobre, que é o vale do Jequitinhonha. A obra foi liberada, e hoje a CEMIG e as construtoras estão dando andamento ao projeto. Agradecemos ao Governador Itamar Franco por ter iniciado essa obra. Temos a certeza de que o atual Governador dará continuidade, de forma a inaugurarmos, o mais rápido possível, essa que será a marca do desenvolvimento do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha.

Saúdo todos os colegas presentes e afirmo-lhes que podem contar com o companheiro Gil Pereira para trabalharmos juntos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Milton\* - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas, parabeno o Deputado Gil Pereira por seu pronunciamento, ressaltando a preocupação com as regiões de Montes Claros e Norte de Minas. V. Exa. tem sido um grande Deputado nesta Casa e, com certeza, no seu terceiro mandato, levará ao Norte de Minas grandes benefícios. Sabemos de seu esforço e preocupação com as cidades que representa e, por isso, parabeno-o.

É com grande satisfação que ressalto a indicação do Deputado Eliseu Rezende, do PFL, para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal. Deputado de larga experiência, fará grande trabalho à frente dessa importante Comissão, pois as matérias relativas à reforma tributária encontrarão na experiência desse Deputado todo o encaminhamento necessário. Portanto, parabeno o PFL por essa indicação.

Parabeno, também, o Deputado Leonardo Moreira, do PFL, pela apresentação do Projeto de Lei nº31/2003, que cria o Programa de Habitação. É um projeto de alta repercussão, pela gravidade do problema habitacional no País e em Minas. Falo com conhecimento de causa, com experiência de quem, há 26 anos, é corretor profissional. Fiz parte da primeira turma do curso de Técnico em Transações Imobiliárias, credenciei-me como corretor profissional em 1976 e fui corretor profissional em Belo Horizonte por oito anos, até mudar-me para Conselheiro Lafaiete. Portanto, conheço o problema habitacional em Belo Horizonte e Minas, retrato do resto do País. Esse projeto é muito importante, e esperamos que esta Casa dê o apoio necessário e que o Governador Aécio Neves implemente uma política de habitação social no Estado. A COHAB é uma companhia que tem experiência e um ativo muito grande, representado por terrenos em muitas cidades de Minas que poderão ser utilizados para a implantação de bairros populares, destinados à classe assalariada, principalmente aquela que ganha até três salários mínimos e vive abandonada por falta de política habitacional séria. Pessoas que vivem sem a possibilidade de conquistar o sonho de todo ser humano e pai de família: a casa própria. Esse problema, que é tão grave quanto a educação, a saúde e o desemprego, deve-se, exatamente, à questão da migração do meio rural para o urbano.

Essa migração saltou, nos últimos 50 anos, a partir da industrialização do Brasil, de 31,4% para mais de 80%. Temos de entender que esse é o motivo maior. Tínhamos uma grande população morando na zona rural, hoje temos mais de 80% da população morando na zona urbana, agravando a questão da moradia, aumentando o déficit habitacional, que no Brasil é grande, cerca de 6 milhões de moradias.

Em Minas Gerais temos um déficit, calculado até o ano passado, de cerca de 632 mil moradias, e só na Grande Belo Horizonte, cerca de 150.

A Grande Belo Horizonte atrai diariamente uma corrente migratória de todas as partes de Minas Gerais, inclusive de municípios vizinhos. Essa vem para a Capital em busca de melhores condições de vida, de emprego, mas, quando chegam, enfrentam o primeiro desafio: onde morar. Vemos, então, um quadro de gravidade, com várias famílias morando debaixo de viadutos e pontes.

O poder público tem de estimular, imediatamente, a questão da moradia. Só assim, resolveremos esse grave problema social e também outro: o desemprego. A construção civil é o segmento da economia que mais tem possibilidades, juntamente com a agricultura, de resolver o grave problema do desemprego em nosso País.

Só para ilustrar, nos últimos 12 meses, fruto da crise de mercado, da alta do custo do material de construção e da falta de capacidade de pagamento, além da insegurança do cidadão de comprar a sua casa por razão do desemprego, só em São Paulo, houve uma perda nessa área

de 10.700 vagas. Apenas em janeiro, para dar um retrato cruel dessa grave situação, em São Paulo, foram perdidas 5.800 vagas - pedreiros, carpinteiros e outros postos na área da construção civil foram fechados.

O Deputado Leonardo Moreira (em aparte) - Fiquei muito lisonjeado com a referência que V. Exa. fez a minha pessoa, a qual, sem dúvida nenhuma, enobrece e dignifica por demais o meu mandato parlamentar.

V. Exa. citou o projeto habitacional para famílias de baixa renda e foi muito feliz em dizer que esse é apenas o primeiro passo. Outro, que ainda temos de dar para resolver o problema, é combatermos o êxodo rural. Temos de dar condições às famílias que migram para as cidades de ter moradia sustentável no campo.

Fiquei muito satisfeito com a lembrança da minha pessoa pelo nosso grande Vice-Líder. Muito obrigado.

O Deputado José Milton\* - Obrigado, Deputado Leonardo Moreira, pelo aparte. Ressalto, mais uma vez, a importância do projeto apresentado por V. Exa.

Voltando à questão da importância da construção civil como geradora de empregos em nosso País, ressalto, também, que essa indústria contribui com cerca de 9% do PIB nacional e absorve, aproximadamente, hoje, apesar de toda a crise, cerca de 4.300.000 trabalhadores.

Portanto, é um segmento importante e merece apoio, investimento e recursos não só do Governo Federal, mas também de Minas Gerais, que, nos últimos quatro anos, ou seja, no Governo anterior, infelizmente, não teve uma política voltada para a habitação. A COHAB não desenvolveu nenhum projeto importante, pois conheço todos. O enorme potencial dela não foi utilizado. Além do mais, temos de lembrar que o Estado tem uma Secretaria de Habitação que também não operacionalizou nenhum projeto importante. O que tem salvado esse setor, Srs. Deputados, é exatamente a iniciativa privada. Se não fosse a atuação dela no Brasil - em Minas Gerais também podemos comprovar isso -, a questão da habitação seria mais grave. Não faço aqui o louvor dela a título de publicidade, porque é uma empresa que conheço por meio de propaganda. Além disso, sou também corretor e profissional da área imobiliária. Agora, como exemplo, ela desponta, hoje, em todo o País, como uma grande construtora de habitação popular e de unidades voltadas para a classe mais baixa. Além disso, há um diferencial, que é a linha de financiamento próprio, direto com o comprador, ou seja, com a pessoa que se cadastra para adquirir a sua casa própria.

Logo, se não fosse o setor privado, as construtoras, as empresas que hoje viabilizam projetos habitacionais, a situação do setor da construção civil em Minas Gerais e no Brasil seria muito mais grave, pela geração de empregos e oferta de moradias.

Existem muitos projetos importantes em Minas Gerais. Gostaria de destacar o Projeto Cajuru, realizado em Sacramento. É um projeto do qual temos informações positivas. O Governo Federal, ou melhor, o Governo do Presidente Lula, está aí para copiar e dirigir as diretrizes desse projeto realizado pela Prefeitura de Sacramento.

Encerro meu pronunciamento dizendo que o que falta às vezes para resolver o grande problema da habitação no Brasil é aproveitar as oportunidades dadas por meio de financiamentos e linhas de créditos oficiais. Atualmente, tivemos o Programa Social de Habitação - PSH -, do Governo Federal, que se encerrou por estes dias. Por exemplo, no Paraná, houve a implantação de cerca de 7 mil moradias por meio desse programa.

Em Minas Gerais, apenas 150 casas foram aprovadas por esse projeto. Na cidade de Ouro Branco, por meio do Prefeito Hélio Campos, do meu partido, o PL, na próxima semana será assinado um convênio com a Caixa Econômica Federal.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Sei que o tempo de V. Exa. já se está encerrando, mas não poderia deixar de vir ao Plenário e parabenizá-lo pela sensibilidade da questão da casa própria. Acredito, nobre colega, que o nosso Governo e o Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal, têm feito a sua parte, porém de maneira muito tímida. Quando você analisa a ajuda governamental de outros países com juros subsidiados, vê-se que se está muito longe de atingir o auge necessário para o País.

Veja bem, hoje, a maioria da população que necessita do apoio de financiamento subsidiado pelo Governo já não tem acesso ao crédito, não consegue preencher os pré-requisitos, pois, para a maioria dos financiamentos, é necessária verba familiar mínima de R\$1.500,00, R\$12.000,00.

Quero dizer que precisamos, sim, no âmbito governamental, federal, rever todo esse processo de financiamento habitacional, mas não com juros subsidiados, que dizem aqui, de 12% a 16% ao ano, pois isso não é subsídio algum. Subsídios são juros de 2% ao ano para ajudar a população carente a comprar a sua casa própria com o dinheiro pago por ela no aluguel, que hoje é de R\$200,00 a R\$300,00.

Então, parabeno V. Exa. por essa batalha, e também eu, como Deputado, tenho sensibilidade em relação à questão da moradia própria para o brasileiro, que, hoje, tanto necessita da ajuda governamental.

O Deputado José Milton\* - Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Quintão e parabeno-o por sua análise lúcida, inteligente e realista do quadro da habitação.

Para encerrar o meu pronunciamento, gostaria de dizer que esta Casa deverá estar próxima do Governador Aécio Neves no que diz respeito às questões relativas à habitação. Publicamente, ele já anunciou que é uma de suas metas atender às graves necessidades em relação à questão da habitação em nosso Estado e que, realmente, implementará uma política habitacional por meio da Secretaria da Habitação e da COHAB. Acreditamos nisso, pois se trata de um segmento importantíssimo para a geração de empregos, viabilizando a realização do maior sonho do ser humano, dos pais de famílias - a casa própria - e trazendo todo o desdobramento da cadeia econômica no que se refere à geração de empregos, impostos e benefícios sociais que podem ser obtidos por meio da construção civil. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de tratar hoje, se der tempo, de dois assuntos. O primeiro deles é rápido. Não gostaria de terminar o nosso trabalho legislativo sem fazer o registro e sem aplaudir a decisão tomada pelo Ministro Dr. Márcio Tomás Bastos de transferir o traficante Fernando Beira-Mar de Bangu I, no Rio de Janeiro, para um presídio no interior de São Paulo, o que foi feito na madrugada de hoje. Faço isso sem entender o porquê da demora, ou melhor dizendo, sem entender como Beira-Mar saiu de Brasília e foi exatamente para onde escolheu ir, Bangu I, no Rio de Janeiro.

Quando da época da CPI do Narcotráfico - finalmente preso Fernando Beira-Mar - três dos Deputados que compunham a CPI - eu, o Deputado Paulo Piau, do PFL, e o Deputado Marcelo Gonçalves, do PDT - fomos até Brasília para saber do traficante como havia fugido do DEOESP: se



havia pago, como foi comprovado posteriormente, para fugir daquela prisão e se se dispunha a revelar algo que a CPI e o Brasil ainda não sabiam. Infelizmente, ele não quis contribuir, como nunca contribuiu em nada para revelar informações sobre o tráfico. Continua sendo o traficante e o bandido que é e sempre foi. Não revelou detalhes que pudessem ajudar o combate ao tráfico de drogas e ao narcotráfico. Mas era obrigação nossa irmos até Brasília, mesmo sabendo que o bandido agiria daquela forma, para tentarmos conseguir o intento de desvendar a sua fuga do DEOESP, em Minas Gerais. Na época, ele simplesmente não disse nada, como nada assinou, e apenas repetia que tinha saído do DEOESP porque estava no lugar certo, na hora certa. No entanto, em "off" (para usar um termo jornalístico), dizia-nos expressões que comprovavam ter sua fuga sido facilitada. Chegou a dizer ao Deputado Paulo Piau, quando este insistiu na revelação da motivação real da sua fuga: "Deputado, é claro que eu não saí de lá pela bela cor dos meus olhos".

Repetia ironias, mas sempre em "off", jamais assinando o que declarava. Mas, no interior da cadeia da Polícia Federal, foi-nos revelando várias questões. Uma delas nos assustou muito: a insistência do traficante Fernando Beira-Mar em ir para o Rio de Janeiro. Dizia que não viria para Minas Gerais de jeito nenhum. Disse-nos que se viesse para cá - e isso chegou a ser noticiado - iria fazer rebeliões e transformar o sistema prisional mineiro num inferno. Com toda veemência dizia que queria ir para Bangu I, no Rio de Janeiro. Durante todo o tempo dizia que não viria para Minas Gerais. Dizíamos que viria para Minas Gerais e ele ficava nervoso, dizendo que não.

O Deputado Marcelo Gonçalves chegou a perguntar-lhe por que insistia em ir para o Rio de Janeiro. Respondeu ironicamente perguntando ao Deputado por que era candidato a Deputado em Minas Gerais. Como quem dissesse: a sua base é Minas Gerais, a minha base é o Rio de Janeiro. Portanto, tinha direito de ir para Bangu I. Não entendo como, na época, o Governo permitiu que o Fernando Beira-Mar fosse para onde queria ir. Ele chegou a dizer que de lá comandaria o tráfico de drogas.

Quero parabenizar o Ministro Márcio Tomás Bastos por finalmente ter tomado a decisão de tirá-lo de lá, para onde nunca deveria ter ido, e colocá-lo agora num presídio, nem que seja temporariamente, em São Paulo. Mas é evidente que não pode voltar para onde quer para comandar o tráfico de drogas. Quero registrar essa questão porque julgo importante.

Fica a pergunta: como as autoridades permitiram que o Fernando Beira-Mar fosse exatamente para onde queria ir? Isso não foi dito apenas a nós Deputados que estávamos lá, mas também à Polícia Federal, que escutou essa afirmação. Posteriormente, passamos essa informação a todas as autoridades. A imprensa registrou e divulgou para todo o Brasil o desejo do senhor traficante Fernando Beira-Mar de se acomodar num presídio do Rio de Janeiro.

Faço um parêntese para dar um puxão de orelha na Governadora Rosinha Garotinho, que está satisfeita porque solicitou - com razão - que esse traficante não ficasse no Rio de Janeiro. No entanto os senhores devem se lembrar da insistência do ex-Governador Anthony Garotinho, na época, em querer que Fernando Beira-Mar fosse para o Rio de Janeiro, porque "dava ibope" a notícia sobre a custódia do traficante. O ex-Governador disse várias vezes que queria que esse prisioneiro fosse para o Rio de Janeiro.

Infelizmente, o Fernando Beira-Mar acabou indo para lá, gerando uma série de confusões. Como vimos, comandou, reiteradas vezes, o tráfico de dentro da prisão, mas agora está indo para o interior de São Paulo. Quero felicitar também o Governador Geraldo Alkmin, que acaba de dizer, em entrevista, que o caso não é de sua responsabilidade, mas que, numa situação de emergência, iria aceitar esse traficante, porque São Paulo tem melhores condições e isso traz segurança para a população.

Parabenizando essas autoridades, espero que o traficante tenha o destino que não seja aquele que deseja. Espero que fique na prisão pelo tempo estabelecido pela legislação. São anos e anos, quase uma prisão perpétua.

Antes de conceder aparte ao Deputado Miguel Martini, quero reiterar uma solicitação feita pela CPI do Narcotráfico, naquela época, que o Congresso Nacional precisa, com urgência, votar. Ficamos conscientes, sabedores e convencidos de que a única forma real de combater pelo menos o traficante que foi preso é descapitalizando-o. Portanto, é preciso que, nos casos de pessoas condenadas como traficantes, com todo direito de defesa, se inverta o ônus da prova no Brasil.

Para quem comete crime hediondo, como um traficante da monta de Fernando Beira-Mar, após lhe ser dado o direito de defesa, seus bens teriam de ser imediatamente confiscados, cabendo-lhe provar que seus bens são lícitos. No Brasil, acontece o contrário. O Estado não pode retirar-lhe as propriedades, a não ser quando há comprovação de que a propriedade foi adquirida ilícitamente. Precisa-se alterar a legislação federal. Solicitamos urgência à Câmara Federal para alterar o Código Penal Brasileiro, reivindicação também das CPIs do Narcotráfico.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado. Acompanho atentamente o trabalho eficiente da comissão especial da qual V. Exa foi Relator e Deputado Marcelo Gonçalves, Presidente. Sofreram ameaças, mas foram enfrentadas com coragem e determinação. Quando o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas se uniram para combater o crime não houve resultado porque o setor público, muitas vezes, está a serviço do crime organizado. Apenas a força política é capaz de furar os bloqueios.

Aproveito para fazer uma correção. A Polícia Civil do Rio de Janeiro é responsável pela prisão de Fernandinho Beira-Mar, e não a Polícia Federal, que reivindicou a autoria. Anthony Garotinho prendeu 29 pessoas, e uma delas era Fernando Beira-Mar. Quando estava em Brasília, queriam transferi-lo para o Rio de Janeiro, e o Governador não aceitou. Fizeram muita pressão, aproveitando a transição do Governo. Rosinha Garotinho tentou devolvê-lo, mas conseguiu. A autoria da prisão foi da Polícia Civil do Rio, mas, como a Polícia Federal assumiu, Garotinho atribuiu-lhe a responsabilidade. Há necessidade de presídios federais para impedir que presos comandem o crime organizado. Parabéns a V. Exa!

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. A Governadora Rosinha Garotinho conseguiu, junto ao Ministro, sua transferência. Isso é um alento para a população do Rio de Janeiro.

Parabenizo o Presidente Lula pela construção imediata de três presídios federais, batalha travada há oito anos com Fernando Henrique. Os grandes criminosos têm de ser separados.

Já caminhamos muito, e é importante ressaltar o que o Deputado Miguel Martini disse: muitas das soluções que hoje começam a se fazer notar e que transformarão em curto e médio prazos, o quadro prisional e o da banditagem no Brasil só foram possíveis graças à mobilização social e política, para trazer a responsabilidade da situação para o conjunto do povo brasileiro.

É importante ressaltar que o parlamento teve muita responsabilidade nisso e que as CPIs do Narcotráfico, que aconteceram nacionalmente, chamaram a atenção da sociedade e começaram a colocar o dedo na ferida, fazendo com que o Estado, em vez de apodrecer, começasse a mudar o grau de podridão, que acaba por entranhar-se no seu aparato.

Fica aqui nossa palavra de esperança, e parabenizamos o Ministro Márcio Tomás Bastos por suas atitudes de hoje. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de abordar um outro assunto. É necessário que façamos hoje uma demarcação, para depois não dizerem que nós, da Bancada do PT e do PC do B, não estamos atentos às ações e às articulações de nosso Governador nos Estados

Unidos.

Temos uma preocupação em relação à CEMIG: a dívida da AES, sua sócia multinacional, e os problemas em relação à ELETROPAULO, os quais vimos acompanhando com muita atenção.

A ELETROPAULO é uma das maiores empresas do setor elétrico privatizada no Brasil. Na época, a negociação girou em torno de bilhões. A AES, sócia da CEMIG, é exatamente a mesma empresa.

Com o caso da ELETROPAULO, percebemos que estamos a um passo da reestatização da empresa. Isso não deve estar no programa do Lula, pois, quando perguntávamos se haveria estatização das empresas, dizia que o Brasil não teria condições financeiras para assegurar que estivessem novamente nas mãos do Estado. Disse que esse não era o plano prioritário. Estancaria as privatizações, mas, para estatizar as empresas, dependeria de capital financeiro. Embora seja nosso desejo - nós, militantes da esquerda, socialistas e comunistas -, essas estatizações do setor estratégico, compreendemos a incapacidade do Governo de ter a garantia de assim agir, mas a ironia faz com que isso acabe acontecendo, não por decisão governamental, mas pelo processo de privatização ocorrido no Brasil. Trata-se de um verdadeiro calote estampado para todo o povo brasileiro. O da ELETROPAULO foi enorme, e o BNDES está tendo um enorme prejuízo. Mesmo que o Estado retome as ações por meio do BNDES, o prejuízo terá ocorrido na ELETROPAULO. E a empresa AES, que simplesmente tomou dinheiro emprestado do BNDES, comprou as ações, passou a ser a proprietária, privatizou e, hoje, não tem condições de pagar ao Banco o empréstimo. Portanto, deixará um prejuízo enorme, mesmo que as ações retornem ao Estado. As ações que comprou com o dinheiro emprestado pelo Banco é o único bem avalizado. É incrível esse processo de privatização do Governo Fernando Henrique!

O que ocorreu em São Paulo - alerta - é exatamente o mesmo que está ocorrendo com a CEMIG. O Presidente do Sindicato dos Eletricitários, Marcelo Correia, meu irmão, esteve, juntamente com a diretoria, no Rio de Janeiro, para se informar sobre a situação do contrato firmado entre a AES e a CEMIG, para a compra de 1/3 das suas ações. Na época, a AES pediu ao BNDES US\$600.000.000,00 para comprar essa parte das ações. Ocorreu a mesma falcatura. O Deputado Adelmo Carneiro Leão foi membro da CPI e conheceu bem esse processo. A AES, comprando 1/3 das ações, passou a dividir os lucros da CEMIG, auferindo-se já 200 milhões. Não se sabe para qual paraíso fiscal foi esse dinheiro, porque é certo que aqui não ficou. Porém, essa empresa não pagou um centavo do empréstimo ao BNDES e renegociou a data do pagamento, que venceria em maio. Assim como não tem dinheiro para pagar, pela ELETROPAULO, uma parcela que vence hoje às 18 horas, não terá a parcela de US\$80.000.000,00, que deveria pagar em maio e também não pagará o dinheiro tomado emprestado no BNDES.

Isso significa que o BNDES vai ter de tomar as ações e passar a ser sócio da CEMIG, com 1/3 das ações. A dívida que a AES tem com o BNDES, devido aos juros, pois nada pagou até agora, em vez de US\$600.000.000,00 será de US\$650.000.000,00, e as ações valem apenas US\$150.000.000,00. Isso quer dizer que o BNDES vai tomar o cano da AES. A única garantia são as ações da AES, aliás, inferiores ao empréstimo. O povo brasileiro vai pagar uma conta altíssima: foram US\$600.000.000,00 pedidos emprestados a uma empresa multinacional para comprar 1/3 das ações da CEMIG. Se toda falcatura existiu, está clara, estranha-nos o Governador Aécio Neves acenar com bandeira branca para o sócio da CEMIG. Vocês podem ver isso publicado hoje no jornal "O Tempo" e em outros, e na imprensa especializada no assunto, que já vem divulgando o problema há mais tempo. O Governador Aécio Neves acena para a busca de novo sócio, porque acha que a AES está com problema. Para que outros sócios? Eles vão comprar as mesmas ações? Por qual valor? Esses sócios vão ter a mesma mamata, qual seja, o direito de veto nas ações, mesmo sendo minoritários, concedido pelo ex-Governador Eduardo Azeredo? Isso nos levará novamente a entrar na justiça, como fez o Governador Itamar Franco, para barrar o processo que dava direito de veto à empresa AES, que era minoritária, agindo como majoritária no interior da empresa. Não se pode esquecer disso. O que se fez contra o País, contra Minas Gerais, foi um crime, o chamado crime do "colarinho branco". O Estado promoveu a venda de 1/3 das ações, e a empresa comprou com o dinheiro emprestado do BNDES, portanto, do povo brasileiro. Não sei qual tipo de negócio pretende-se fazer com o novo sócio.

Sr. Presidente, apresentei requerimento e gostaria de contar com o apoio da Presidência da Casa e dos demais Deputados, solicitando a formação de Comissão Especial. Não pedi CPI, porque foi feita uma no início da legislatura passada, comprovando todas essas questões. A falcatura ficou explícita. O relatório da CPI foi aprovado, e nele está claro tudo de errado feito na privatização da CEMIG. O Governador Eduardo Azeredo e outros são responsabilizados criminalmente pelo que fizeram. Logo, não é necessário criar-se outra CPI. Por isso, pedi uma Comissão Especial, a fim de que se verifique o cumprimento ou não das cláusulas desse acordo, permitindo-nos acompanhar os fatos para não sermos surpreendidos com uma medida do Governo que lese o erário, como no caso da privatização da CEMIG. Fica meu alerta para que o processo que compõe um dos pilares do modelo neoliberal, o processo de privatização, jamais retorne ao Brasil. Que esse processo não mais faça parte dos noticiários brasileiros, como se algo salutar acontecesse, quando da venda de estatais estratégicas, importantes, como as de energia elétrica, telecomunicações e outras privatizadas com o dinheiro público bancando tudo, sem retorno.

O Estado brasileiro encontra-se numa situação muito difícil. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, outro dia, fez um desabafo, dizendo da situação em que encontrou o Brasil - situação de falência, e isso não é brincadeira. Muitas vezes vejo membros da Oposição fazendo críticas ao Presidente da República e às medidas que vem tomando, do ponto de vista econômico, passando simplesmente uma borracha no passado, como se Lula tivesse recebido o País às mil maravilhas, sem problema algum. Não é verdade. Recebemos a máquina completamente falida. O Banco Central teve prejuízo de R\$6.283.000.000,00 no segundo semestre, conforme divulgado na última reunião.

Não podemos hoje, simplesmente, cobrar medidas na área econômica que signifiquem completa ruptura e mudança de rumo. Há que se considerar a situação encontrada. As mudanças virão. O Presidente já firmou esse compromisso no primeiro dia, quando tomou posse no Congresso Nacional. Comprometeu-se junto aos Deputados Federais e ao povo brasileiro como um todo. A mudança virá, é o compromisso do Governo, alicerçada em condições de deixar o mercado brasileiro mais independente do capital financeiro internacional; portanto, com condições de fazer o enfrentamento que terá que ser feito ao capital financeiro, especulativo. Esse enfrentamento será feito, à ALCA e tudo o mais. É necessário compreender isso. Fatos como esse da CEMIG são apenas a ponta do "iceberg" de todo o processo de falência do Estado, de sua entrega aos interesses do capital financeiro internacional. A CEMIG é apenas uma ponta do "iceberg", assim como a ELETROPAULO e as Telecomunicações. Mas tudo isso foi feito no sentido de esvaziar o papel do Estado a serviço de um projeto neoliberal que felizmente foi varrido, não diria temporariamente, tenho esperança de que tenha sido varrido de vez do Estado brasileiro.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Companheiro Rogério Correia, Líder da nossa bancada, quero cumprimentá-lo por essa análise. De fato, todo cidadão comprometido com este País faz essa análise. Por mais de 500 anos houve desmandos no Brasil, sobretudo nos 8 anos recentes. Não é possível, agora, com menos de 60 dias de Governo, que Lula possa fazer toda a transformação necessária. Temos certeza de que há um projeto democrático popular, há o compromisso do Presidente da República com o povo brasileiro. Ele tem dado a vida para que esse projeto se realize. Tenho certeza de que serão feitas as mudanças necessárias para que os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

Quero cumprimentá-lo e concordar plenamente com sua análise, desejando a toda a equipe do Governo Federal que continue firme e coerente com o projeto e a caminhada de 22 anos do PT, junto com outros partidos que têm demonstrado compromisso com o povo brasileiro.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara.

Peço, então, ao conjunto de Deputados o apoio para que essa comissão especial possa ser formada, para que tenhamos o acompanhamento das cláusulas do contrato entre a CEMIG e os sócios minoritários.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Como eleitor convicto, faço uma pergunta ao colega Deputado Rogério Correia. Nesse período todo, o que mudou, já que tivemos o Presidente Luís Inácio Lula da Silva indo até à América, com o Presidente do Banco Central? O que foi feito por Lula até agora? Como eleitor, também acreditando, gostaria de saber do Líder do PT nesta Casa por quais mudanças podemos esperar.

Chegam em minha casa e em meu gabinete, todos os dias, "sites" e "e-mails" cobrando informações sobre o Governo Lula. A partir de terça-feira, trarei todos. Quero tornar público para aqueles que não têm acesso à Internet as observações feitas pelos próprios petistas com relação ao Governo Lula. Há pessoas dentro do PT tentando desarticular o partido. O PT - com todo o respeito que tenho por ele - tem de começar a se entender, porque, senão, brevemente teremos outro partido. As críticas de militantes do PT, que chegam por meio dos "sites" do PDT e do PT, deixam-nos confusos. Isso pode prejudicar um Presidente eleito pelo povo com a maioria absoluta dos votos. O Presidente da República, no qual votei, não pode sair prejudicado. Lula está bem intencionado. O Líder do PT nesta Casa tem de tentar ajudar ajudá-lo.

Conheço o PT há muito tempo. Tive oportunidade de ser colega do Rogério como Vereador. O PT fez oposição ferrenha naquele tempo, com 12 Vereadores na Câmara Municipal de Belo Horizonte, uma oposição ferrenha a Pimenta da Veiga e a Eduardo Azeredo. Depois perdeu a Bancada de 12, ficando com somente quatro Vereadores, Patrús na Prefeitura, Célio de Castro. Há uma concorrência muito grande dentro do partido. Temos de nos juntar para nos entender dentro do partido e não atrapalhar o Governo Lula. Vejo todos fazendo previsões sobre um Brasil melhor. Também espero um Brasil melhor. O Brasil daquele motorista de táxi que me pergunta se o PT deixará o Lula governar. Estamos vendo toda essa briga dentro do próprio partido. É uma Senadora que sai, e que já fala até em construir um novo partido dos trabalhadores para fazer oposição ao Presidente Lula. Precisamos nos entender. O Brasil está sendo passado a limpo, mas, se não nos entendermos, esse trabalho ficará difícil. Chega de ala desse e daquele outro. Chega de tanta opinião. Dentro do PTB, estamos tentando fazer isso, apesar de toda a divergência que existe, mas não temos uma facção hoje dentro do PT.

O Sr. João, motorista de táxi, que dirige diariamente em Belo Horizonte tem a oportunidade de estar na porta da Assembléia e pergunta: "Será que o PT deixará o Lula governar? Estamos vendo até agora a mesma coisa que vimos no Governo Fernando Henrique Cardoso. O que mudou? Mudou o Ministro."

É esse apelo do taxista que trago aqui. Partido dos Trabalhadores, vamos deixar o Lula governar, e acabar com toda a bagunça que há dentro do PT. O PT não tem como falar mal do PSDB, então fala mal de si mesmo. Se tem de falar mal, que não fale somente do Presidente, que está dando duro para governar o País. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o Deputado Alencar da Silveira Júnior anda tão confuso com as siglas que acabou de dizer que está no PTB. O Deputado é do PDT. Não sei se já se filiou na PTB, mas seria bom que ele soubesse pelo menos de qual partido faz parte.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Posso até ter lembrado do PTB, porque o meu partido, o PDT, nasceu do PTB, que também é um partido trabalhista, que se preocupa com os trabalhadores. O sonho do PTB é ser PDT. Então, dessa forma, posso até haver dito. Mas o meu partido é o PDT, presidido pelo companheiro Brizola, que ajudou o sapo de barba, como dizia antigamente, ou seja, Luiz Inácio Lula da Silva, a se eleger Presidente da República, pelo seu partido.

O Deputado Rogério Correia - Estava tentando desfazer a confusão das siglas partidárias. Infelizmente, como não há reforma política no Brasil, ainda muda-se de partido como se salta de galho em galho. Fiquei preocupado, imaginando que o Deputado de um minuto para o outro tivesse mudado de partido. Foi apenas um equívoco. Essa confusão não acontece no PT.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Até hoje mudei somente uma vez de partido. Fui eleito pela primeira vez, há 14 anos, Vereador pelo PTB. Pertengo ao PDT, como Deputado Estadual, desde o primeiro dia de mandato. Agora, V. Exa. precisa explicar para o Sr. João, motorista de táxi, o que está acontecendo com o seu partido, que não deixa o Lula governar.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, agradeço a preocupação do Deputado Alencar da Silveira Júnior e a do motorista de táxi com relação ao PT, que vai bem, obrigado. Claro que não se trata de um partido monolítico de idéias. Os nossos debates são políticos, importantes, que ajudaram não apenas a construir o PT, mas a eleger o Presidente da República. Certamente, se não fosse a sua existência, como partido plural que luta pelo socialismo, que respeita as idéias internas, provavelmente não teria essa unidade, formada no debate político, que é muito importante.

Como já disse recentemente na tribuna, o PT está dando sustentação ao Governo Lula, que tem compromisso com as mudanças que virão. São mudanças que se iniciaram. Nunca vi um Presidente da República fazer o que Lula fez, ou seja, em Davos, no Fórum Econômico, colocar a fome como questão central nos países da América Latina e a paz como algo fundamental, contrariando os interesses de George Bush e do imperialismo norte-americano, invertendo, portanto, a lógica do capital para a do social. Essas são demonstrações de um Governo que se inicia com outros parâmetros, interrompendo o processo de privatização e iniciando o processo de fortalecimento do mercado interno. Todas essas mudanças, Deputado Alencar da Silveira Júnior, a quem agradeço o voto em Lula e a preocupação com o Governo, são prenúncios. Pode dizer ao motorista de táxi que a esperança venceu o medo e que triunfará com a ajuda do PT. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/02/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais – Diário do Legislativo, edição de 28/2/2003, que nomeou Marcelo Araújo de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Analaura Ferreira Campos Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

exonerando Maricléia Pinheiro Dória Lima do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Maria José Lages de Oliveira do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro;

nomeando Anamara Couto Lima para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Fronteira. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Muzambinho. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Alpinópolis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Claro dos Poções. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Janaúba. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Limeira do Oeste. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## ERRATAS

### ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 28/2/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/3/2003, na pág. 22, col. 1, no despacho do Projeto de Lei nº 212/2003, onde se lê:

"nos termos do art. 188", leia-se:

"nos termos do art. 190".

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/3/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/3/2003, na pág. 9, col. 3, no despacho do Projeto de Lei nº 245/2003, onde se lê:

"de Política Agropecuária", leia-se:

"de Defesa do Consumidor".